

O cultivo do cacau sempre conviveu com remanescentes de mata atlântica, responsável pelo sombreamento da cultura. Este sistema agroflorestal, conhecido como "cabruca", ainda é responsável na região por abrigar uma série de espécies da floresta. Em recente estudo dos técnicos Jared J. Hardner e Ken W. Scott, com assistência de pesquisa de Elizabeth Mobley, apresentado à Conservation Internacional, ficou evidenciado que os frágeis remanescentes florestais da Mata Atlântica da Bahia estão sob grande risco de desmatamento irreversível como resultado das condições econômicas decorrentes da recessão do mercado internacional do cacau.

Do ponto de vista da conservação, é importante que se entenda a dinâmica vigente sobre a área, de maneira a influenciar o desenvolvimento de melhores estratégias de desenvolvimento, capazes de proteger os remanescentes de mata atlântica ainda existentes na região. A relação entre a produção de cacau e a manutenção da floresta de cobertura, "cabruca", é crítica para a proteção daquele ecossistema único (Alger, 1994).

O declínio dos preços do cacau durante a última década e a infestação pela "vassoura-de-bruxa" reduziu a produção regional drasticamente, encorajando o desmatamento como meio de viabilizar novas opções econômicas para o uso da terra.

Mesmo que o mercado internacional do cacau experimente um aquecimento, o Brasil não terá condições de reestabelecer sua predominância sobre aquele mercado. Como resultado, prevê-se a constante diminuição da lavoura de cacau na região, assim como a retirada da "cabruca", mata de sombreamento do cacau.

A Bahia precisa buscar reverter esse quadro, através de modelos sustentáveis de diversificação econômica, de maneira a evitar a evolução dessa tendência de perda ecológica que se avizinha.

Já se nota, na região de Camacã, próxima ao município de Ilhéus, um completo esfacelamento do sistema agroflorestal do cacau, inclusive com a comercialização de madeira da mata de "cabruca".

avanço das pastagens

O avanço de pastagens sobre os ecossistemas florestais é aqui tratado como uso conflitivo, tendo em vista o projeto conservacionista pretendido para a área em estudo. Além disso, a região cacaueira apresenta, comprovadamente, incompatibilidade ecológica para a substituição intensa do sistema agroflorestal pelas pastagens.

Em recente trabalho de pesquisa, efetuado por Jonh Reid e Joaquim Blanes Jondá, sobre o avanço das pastagens na região cacaueira do estado, ambos citam que, com uma prolongada crise na economia do cacau no sul da Bahia, a

pecuária tem sido a alternativa mais discutida entre os produtores desta região. Entre 1985-1989, no início da crise do cacau, o número de bovinos na região cacaueira aumentou 19% (CEI, 1993).

Em diversas partes da região, se não ocorrer uma recuperação no preço do cacau e a disseminação da vassoura-de-bruxa continuar no ritmo atual, os produtores imaginam ser a pecuária a opção mais favorável. É provável que as primeiras áreas a serem convertidas em pasto sejam as matas naturais, as capoeiras (áreas de cultivo abandonadas) e as roças de cacau com maior incidência da vassoura-de-bruxa. Áreas de cacau em melhores condições serão mantidas com um mínimo de mão-de-obra e insumos, na esperança de um melhor preço futuro.

Percebe-se que em regiões tradicionais de pecuária, próximas à região cacaueira, caracterizada por grandes propriedades, com pouco uso de mão de obra, solos com boa reserva de nutrientes (pouco intemperizados) e uma baixa umidade relativa do ar, os proprietários obtêm rendimentos razoáveis, apesar de manejo às vezes inadequado e uso de um padrão genético baixo.

Entretanto, quando avalia-se a pecuária praticada na região cacaueira, nota-se que os fatores do meio natural contribuem na mesma intensidade que o fator genético e o manejo, sendo os resultados financeiros negativos. Uma pluviosidade nunca inferior a 1.300mm, latossolos e podzólicos distróficos e álicos, pobres em bases e com presença acentuada de alumínio trocável e declividades que chegam a 30% (Araujo, 1992), citado por Jonh Reid e Joaquim Blanes Jondá, são características naturais que representam restrições à prática da pecuária extensiva na região. Essas condições estimulam, entre outros problemas, altas incidências de *endo* e *ecto-parasitas*, crescimento das gramíneas com baixo valor biológico, desgaste dos animais (pela condição topográfica) e rápida degradação das áreas.

Em relação aos fatores não ambientais, os financiamentos para a pecuária exigem, muitas vezes, um melhor padrão genético na compra dos animais, potencial genético que pode ser desperdiçado pelo manejo incorreto. Fonseca (1992), também citado por Jonh Reid e Joaquim Blanes Jondá, identifica pelo menos dois tipos predominantes de proprietários:

- os que podem buscar aumentos de produtividade por possuírem recursos financeiros para isso, mas que, devido à sua condição cultural, se apegam aos costumes tradicionais e não aceitam qualquer tipo de melhoramento;
- e proprietários descapitalizados e impotentes para assumir novas técnicas que demandem recursos financeiros.

Práticas tradicionais na formação de pastagens, como utilização de queimadas sem controle, derrubada de árvores que protegem nascentes de água, correções

duvidosas do pH e fertilidade, contribuem para formação de pastagens com baixo valor biológico.

De acordo com as tendências na região, o gado é uma mestiçagem de *Bos taurus indicus* (nelore, gir, guzerá, tabapuã, etc) com *Bos taurus* (semental, angus holandês, etc), o capim é *Brachiaria* (*humudicola*, *brizantha* ou *decumbens*) e a pastagem não recebe nenhum tratamento especial, apenas calcário para correção de pH.

Para o perfil de engorda, o produtor começa lotando o pasto completamente com machos de um e dois anos. No final do ano ele vende os bois que têm três anos de idade e compra uma quantidade de machos de 1 (um) ano, de acordo com a capacidade de suporte do pasto (que já será menor no segundo ano).

A escolha do modelo de pecuária extensiva tradicional se dá por várias razões. Em primeiro lugar porque é considerada o caso mais típico da região. É também um investimento menos arriscado, por que o capital necessário é reduzido, os custos e produtividade do sistema são mais conhecidos pelo produtor.

Conforme afirmação do estudo de John Heid e Joaquim Blanes, a pecuária extensiva na micro-região cacauera não parece ser um investimento rentável. O estudo coloca então uma questão : se a pecuária extensiva não é rentável, por que tantos fazendeiros a praticam ? Apresenta-se a seguir, alguns fatores financeiros e não financeiros, que embora possam parecer irracionais à primeira vista, são o incentivo para investimentos em pecuária na região cacauera.

Posse da Terra

Um fator importante é a segurança na posse da terra. Enquanto a mata é vulnerável às invasões de grupos de sem terra, o uso da terra para pecuária pode proteger a área de invasões. Este fator é muito importante em Una, que tem experimentado várias invasões de propriedades ditas "ociosas" (Alger e Caldas, 1994)

Risco

Outro atrativo da pecuária é o baixo risco em relação a outras culturas e criações. Os principais fatores que determinam o risco de investimento pecuário são: a variação no preço da produção e dos insumos; a liquidez de capital; e a incidência de doenças. A médio prazo, a carne de boi tem mercado (preço) bastante estável, sendo um produto básico, com muitos produtores e muitos consumidores (ninguém detém o controle do mercado). Os insumos são poucos e previsíveis; grande parte do investimento é líquido, pois o rebanho pode ser vendido a qualquer momento; e finalmente, as principais doenças são razoavelmente bem controladas.

Razões culturais

Alguns proprietários mantêm o rebanho como atividade de lazer ou porque isto lhes confere status dentro do contexto cultural da região. Assim, o manejo do rebanho não substitui outra atividade mais rentável e sim outras atividades de lazer. Ou seja, o proprietário cria gado por que gosta. Neste caso, o proprietário não exige necessariamente um retorno financeiro alto, e é até capaz de tolerar algum prejuízo.

Comercialização

O gado não tem um único preço, seja por unidade ou por peso, e há várias formas de comercialização. Muitas vezes, por exemplo, em lugar de vender o gado os produtores trocam animais. Alguns criadores ganham bem com a pecuária, muito mais pela astúcia no comércio dos animais que pela produtividade das pastagens ou pela boa administração da atividade.

retirada de madeira

A região em estudo sempre possuiu na retirada de madeira uma das suas principais atividades econômicas. Mesmo após as novas restrições impostas pela legislação ambiental incidentes sobre os remanescentes de mata atlântica, a atividade ainda continua existindo, haja visto o funcionamento de uma grande serraria no povoado de Serra Grande. Verificou-se diversos caminhões de madeira circulando nas estradas rurais no interior da APA. A própria estrada entre Itacaré e Serra Grande foi aberta inicialmente pelos madeireiros e ainda hoje é mantida pelos mesmos.

Muitos pequenos agricultores próximos da cidade de Itacaré continuam vendendo toras de madeira retirada da mata, especialmente posseiros do projeto de assentamento da Reforma Agrária.

abertura de novos cultivos

A abertura de novos cultivos, aqui tratada como conflito de uso, refere-se apenas às novas áreas desmatadas sobre ecossistemas florestais e em áreas de preservação permanente, como é o caso das encostas de morros e margens de rios e riachos. Pelas observações feitas em campo, estas áreas destinam-se ao cultivo de mandioca e milho, sendo transformadas posteriormente em pastagens.

controle e fiscalização

A atual política florestal brasileira credita ao Ibama a responsabilidade pela fiscalização e controle de remanescentes florestais existentes no país. A pressão sobre as florestas, entretanto, é muito bem estruturada e organizada, deixando em desvantagem o organismo federal, fato que se observa também na Bahia,

onde a pressão sobre a mata atlântica vem reduzindo cada vez mais as áreas de floresta.

Associada às suas limitações estruturais, as diretrizes do órgão no sul da Bahia não conseguem garantir a preservação da mata atlântica. Segundo Keith Alger e Marcellus Caldas (1994), o Ibama considera que todos os remanescentes florestais na região são de mata secundária, e, conseqüentemente elegíveis para planos de manejo para silvicultura "sustentável". Assim, passa a não existir, no sul da Bahia, mata primária, onde o corte é proibido, desde 1990. O Ibama tem permitido a exploração da mata atlântica, em área abrangendo mais de 8.000ha de mata no sul da Bahia, com base em planos de manejo aprovados, mas, sem respeitar o decreto federal 750/93.

Somente nos municípios de Una e Canavieiras, onde estudos recentes mostram a existência de pelo menos cinco mamíferos reconhecidos pelo Ibama como animais em extinção, existem 1.500 hectares de mata com planos de manejo aprovados.

Outra falha no controle dos remanescentes da mata atlântica é a utilização indevida, por madeireiros, das guias de desmatamento emitidas para áreas com plano de manejo, que são usadas para escoar toras de fazendas vizinhas, conforme cita Alger (1994).

Têm-se que reconhecer que a proibição e a fiscalização policial não vão resolver o problema do desmatamento, na situação econômica vigente (Alger, 1994). Com a estagnação da economia cacaueira, o alastramento da "vassoura-de-bruxa" e o crescimento da miséria rural, não é apenas com a fiscalização que se poderá deter os cortes de mata.

A lei fundiária também contribui para colocar em risco a floresta, ao incentivar invasões em áreas de mata. O governo somente pode desapropriar terras para fins de reforma agrária se estas forem "ociosas". Legalmente a melhor prova da "ociosidade" de um terreno é mostrar que ele tinha grandes áreas de mata e pouca área agrícola antes da invasão. A lei não considera que a terra em floresta é útil, mesmo quando ela é necessária para a preservação das espécies da flora ou fauna. Por isso, reforma agrária *post facto* ocorre ao lado de reservas biológicas, ou em regiões onde existam os poucos remanescentes de mata.

CRISE NA MONOCULTURA DO CACAU E AUMENTO DO DESEMPREGO

A agricultura é a atividade dominante nos municípios de Itacaré e Uruçuca, sendo o cacau o produto mais representativo. A desestruturação econômica de toda uma região provoca impactos de grande amplitude, especialmente na oferta de empregos diretos. O crescimento do desemprego em uma área agrícola provoca, por conseqüência, migração para os núcleos urbanos e pressão sobre o ambiente natural. No caso específico da APA do Litoral de Itacaré e Serra Grande, a

tendência principal é a procura pelas atividades de subsistência, em especial a caça e a pesca, além da migração.

Araripe et al (1969), afirma que uma das características principais de Ilhéus e região, quanto à mão de obra, é o excesso de oferta de trabalhadores não qualificados. Descreve que a mão de obra agrícola apresenta uma alta mobilidade horizontal estacional. São variações do nível de emprego ofertado em função de épocas de safra, tratos culturais e outras atividades características do setor. Asmar (1985), avaliando a economia da região cacaujeira observa que a mão-de-obra é abundante e esta fartura é responsável pelos baixos salários que possibilitam ao empregador substituir trabalhadores numa rotatividade pouco comum. Percebe-se no entanto, que fazendas diversificadas, isto é, aquelas que não cultivam apenas o cacau, têm uma rotatividade de mão de obra muito menor.

Trevizan (1995), realizando pesquisas sobre o impacto da vassoura-de-bruxa na região cacaujeira, demonstra que as pequenas propriedades diversificadas da região demitiram 80% menos que as essencialmente produtoras de cacau. Contudo, a grande maioria das propriedades demitiram assustadoramente os trabalhadores criando assim, no sul e extremo sul da Bahia, uma grande pressão sobre o ambiente social e o ambiente natural.

PERCEPÇÃO DA COMUNIDADE SOBRE OS CONFLITOS

Para uma melhor compreensão da expectativa da população residente no interior da APA de Itacaré - Serra Grande sobre os destinos da Unidade de Conservação, os seus principais problemas e alternativas para resolvê-los, aplicou-se um questionário envolvendo as lideranças comunitárias, avaliando-se a sua percepção sobre o problema. São apresentados abaixo os quadros que sintetizam o resultado deste trabalho.

Principais conflitos ambientais existentes na localidade conforme lideranças locais:	Expectativa de ação governamental para solucionar estes conflitos na APA pelas lideranças locais
Desmatamentos, Madeiras e Serrarias. Serrarias com plano de manejo aprovado, exageram no corte (Serra Grande). Outras pessoas (desvinculadas de serrarias) também fazem corte de madeira. Caça esportiva nos fins de semana nas matas Barcos pesqueiros de fora com redes de arrasto Captura de Tartarugas Pesca submarina (arpão) exagerada no verão Pesca de lagosta em épocas proibidas Presença exagerada de Jet-skis Presença especulativa de residentes na praia com a construção de aproximadamente 300 barracas no último Carnaval em Itacaré. Houve um acúmulo excessivo de lixo nas praias e cidades Não há coleta de lixo Fechamento de praias por loteamentos Esgotos sem destino ou dirigidos para o rio Dificuldades de acesso e infra-estrutura rodoviária	Fiscalização real do IBAMA e ações efetivas e localizadas do governo com vistas à educação ambiental e ao turismo. Parte da liderança cita a criação de equipes especializadas para esse fim. Uma outra parte entrevistada, acredita que a maioria dos residentes e visitantes sabem o que agride ao meio ambiente e acreditam apenas em fiscalização efetiva. Ordenamento do crescimento da cidade e fiscalização do governo para que haja cumprimento da lei pelos municípios Construção e melhoramento das estradas

PERCEPÇÃO DA COMUNIDADE DE ITACARÉ- SERRA GRANDE SOBRE OS PROJETOS TURÍSTICOS PARA REGIÃO.

Pergunta: Mais estradas asfaltadas, mais carros, mais pessoas de fora, mais hotéis, mais lojas, mais restaurantes e bares aí onde você mora, qual a sua opinião?

localidade	melhorar	piorar	ocupação do principal responsável pela renda na família	renda mensal da família em nº de salários mínimos*
Itacaré	x		Pescador	mais que 6 sm
Itacaré	x		Pescador	até 1 sm
Itacaré		x	Prof. de capoeira	até 1 sm
Itacaré	x		Prestador de serviços	até 3 sm
Itacaré	x		Balconista	até 1 sm
Itacaré	x		Aposentada	até 1 sm
Itacaré	x		Mecânico	até 3 sm
Itacaré	x		Pescador	até 1 sm
Itacaré		x	Comerciante	até 3 sm
Itacaré		x	Pescador aposentado	até 1 sm
Serra Grande	x		Desempregado	-
Serra Grande	x		Comerciante	até 3 sm
Serra Grande	x		Comerciante	até 1 sm
Serra Grande	x		Comerciante	até 3 sm
Pé de Serra		x	Comerciante	até 3 sm
Barra do Sargi	x		Caseiro	até 1 sm

*salário mínimo na época do levantamento R\$100,00 ou US\$107,50

fonte: pesquisa primária 1995

ZONEAMENTO ECONÔMICO-ECOLÓGICO

As diretrizes de ocupação definidas neste Zoneamento, subsidiarão as políticas de gestão da Área de Proteção Ambiental do Litoral de Itacaré e Serra Grande, em consonância com os interesses estratégicos do Governo do Estado, das Prefeituras de Itacaré e Uruçuca e da sociedade como um todo.

CONCEPÇÃO DO ZONEAMENTO

O Zoneamento Econômico-Ecológico da APA do Litoral de Itacaré e Serra Grande foi concebido com base nas informações do Diagnóstico Ambiental, evidenciando-se os aspectos do meio biótico (especialmente a vegetação) e do meio físico (especialmente recursos hídricos e geomorfologia), acrescidos da avaliação sócio-econômica local e regional, e suas consequências diante do aproveitamento da área voltado para projetos econômicos que proporcionem a sua integração com o meio natural.

O princípio básico da concepção deste Zoneamento, é o de inserir em um projeto de desenvolvimento ambientalmente viável, um dos trechos mais belos do litoral brasileiro, levando em consideração a existência de dois fortes vetores de crescimento urbano sobre a área. O primeiro vetor possui origem na cidade de Ilhéus, com toda sua pressão demográfica em direção ao litoral norte, atraído, especialmente, pela expectativa de melhoramentos da estrada Ilhéus-Itacaré e o despertar do faminto mercado imobiliário. O segundo vetor possui origem no interior da APA, e resulta da pressão demográfica existente da cidade de Itacaré sobre o litoral sul.

Considerando os aspectos de crescimento da cidade de Ilhéus sobre o litoral norte, que avança gradativamente sobre o litoral de Serra Grande no município de Uruçuca, percebe-se a necessidade emergencial de diretrizes normativas, para atenuar os efeitos nocivos do antropismo.

A cidade de Ilhéus, ainda assim, possui como vetor de expansão urbana economicamente mais ativo o seu litoral sul. Esta é uma tendência já instalada e com perspectivas de consolidação, tendo em vista, principalmente, a instalação de alguns empreendimentos hoteleiros, tais como o Hotel Transamerica e Hotel Cana Brava, dentre outros menores, mas com elevado nível de sofisticação e atendimento. Aliado a esta tendência econômica, a localização do Aeroporto de Ilhéus na porção sul da cidade contribui para a consolidação deste tipo de vetorização. A qualidade do sistema viário na porção sul e o padrão construtivos das barracas de praia nesta parcela da cidade, atestam o fluxo preferencial de moradores e turistas de maior poder aquisitivo.

A saída da cidade de Ilhéus em direção ao norte, por sua vez, é feita através de um bairro popular, notando-se princípio de favelização, ausência de infra-

estrutura e saneamento básico, invasões em áreas de manguezais, lançamento aleatório do lixo público, etc.. A localização do Distrito Industrial de Ilhéus na saída do litoral norte, demonstra uma tendência antiga e consolidada de expansão dos serviços industriais, onde encontram-se oficinas mecânicas, galpões de armazenamento de cacau, relacionados, principalmente, com a oferta de serviços de apoio ao Porto de Ilhéus.

As barracas de praias localizadas na saída da cidade para a praia do norte, a partir da Barra de São Miguel, são de aspecto visual decadente, sem infraestrutura de apoio, muito adensadas, sofrendo ainda com o constante avanço do mar sobre a costa, em consequência da *deriva litorânea* (ação da corrente marítima do Brasil sobre o litoral).

Esta tendência de expansão a partir do litoral norte de Ilhéus sobre a porção litorânea da APA do Litoral de Itacaré e Serra Grande, torna-se ainda muito mais preocupante, considerando, inclusive, os projetos atuais de parcelamento já existentes entre a Barra do Sargí e Pé de Serra, cujos lotes não ultrapassam 200m² de área em média.

Esta vetorização justifica-se pela forte interdependência dos ambientes naturais existentes entre a APA da Lagoa Encatada e a APA de Itacaré/Serra Grande, especialmente o comportamento idêntico da planície costeira que estende-se da barra do rio Almada até o povoada de Pé de Serra, além de boa parte dos rios e riachos que desembocam na Lagoa Encantada, nascerem nas encostas da Serra Grande.

Tendo em vista todos os elementos expostos em tela e, considerando sobretudo, a diversidade de ambientes e ecossistemas naturais ainda existentes entre os dois vetores de expansão demográfica acima descritos, conclui-se por um projeto de desenvolvimento que contemple e absorva os seguintes parâmetros:

- amortença os efeitos do antropismo através do **planejamento para ocupação**, com a adequação dos projetos de parcelamento atuais e futuros das áreas entre Barra do Sargí e Pé de Serra;
- que seja reavaliado pela CODETUR, a **possibilidade de união entre a APA da Lagoa Encantada e a APA de Itacaré/Serra Grande, conforme descrito posteriormente**;
- promova uma **rearrumação na vetorização** do crescimento na cidade de Itacaré e seu entorno, conduzindo um direcionamento da expansão urbana mais voltada para o setor oeste da mesma, seguindo o fluxo de saída da estrada Ilhéus-Itacaré e retirando a atual pressão existente sobre os costões íngremes do litoral sul;

- proporcione o **estabelecimento para projetos de infra-estrutura e serviços diversos**, incluindo agricultura, agrosilvicultura, agroflorestas e agroindústrias, dentre outros, na porção interior e no sentido oeste da APA, possuindo a estrada Itacaré-Ilhéus como referencial limítrofe desta ação antrópica;
- estabeleça **critérios** para o desenvolvimento da porção litorânea da APA, através de projetos econômicos que conciliem a **preservação da integridade dos ecossistemas** com a ação antrópica, eliminando por completo a possibilidade de projetos de parcelamento do solo, priorizando-se empreendimentos voltados para o **turismo de baixa densidade**.

Enfim, a concepção do Zoneamento Ambiental proposto neste documento, reflete uma série de interesses convergentes, especialmente com relação às políticas de preservação, conservação e uso, discutidas amplamente com os diversos segmentos da sociedade, tendo sido efetuada inclusive, ampla reunião técnica no município de Itacaré, com a presença de ambientalistas e moradores do município de Itacaré, além de técnicos e empresário.

DIRETRIZES GERAIS

Conforme já mencionado anteriormente, a Área de Proteção Ambiental, enquanto categoria de Unidade de Conservação, caracteriza-se pela sua flexibilidade diante da ocupação humana e seus múltiplos usos, de forma harmônica com o ambiente que se deseja proteger.

A Resolução Conama nº 10/88 dá as diretrizes para Zoneamento e Gestão das APA's, devendo os estudos específicos de cada área definir o melhor manejo para garantia da qualidade ambiental do território.

Diversas APA's têm sido criadas no território brasileiro, muitas delas convivendo com problemas de usos conflitivos com a legislação ambiental vigente, podendo-se citar, entre outras, a APA de Itú em São Paulo, a APA de Jericoacoara no Ceará, as APA's do rio Descoberto e do rio São Bartolomeu no Distrito Federal, além das APA's intermunicipais de vastíssimas áreas, como a APA do Litoral Norte na Bahia e a APA's de Corumbataí, Botucatu e Tejuapá, em São Paulo. Os conflitos de uso e ocupação do solo existentes nas áreas envolvidas com os estudos, são anteriores aos decretos de criação das mesmas, que vem a ser um instrumento a mais na tentativa de ordenar a ocupação do território.

Outro complicador no caso de usos conflitivos com a legislação, é a falta de normas ambientais mais específicas para o meio urbano, o que tem causado situações em que é difícil conciliar os aspectos ambientais, sociais e econômicos, dentro da complexidade em que se apresentam nas aglomerações urbanas.

Para ser realista e exequível, este instrumento **não deve se limitar a um zoneamento baseado no uso do solo atual e à simples aplicação da**

legislação vigente, como tem sido feito na maioria dos casos, mas procurar entender a dinâmica da área e suas implicações regionais, para propor soluções específicas e diferenciadas para cada zona, tendo sempre por objetivo **garantir** um tipo de uso ou **produzir** um tipo de uso, **associado a um projeto econômico**.

O Zoneamento aqui proposto foi elaborado com base nos aspectos gerais e estratégicos do planejamento, assegurando os usos de interesse coletivo e institucional, evitando-se produzindo um documento que reflita apenas o dinamismo econômico atual, porém se propondo a ser um instrumento útil de planejamento, observando-se as características do meio natural, além das vocações e tendências econômicas, assegurando e ampliando o crescimento da qualidade de vida da população.

O Plano de Manejo da APA do Litoral de Itacaré e Serra Grande consiste em um instrumento de planejamento para a entidade administradora da APA, a qual deverá exigir posteriormente dos empreendedores e proprietários de imóveis na área, conforme detalhamento a seguir, Plano Diretor Informativo - P.D.I., em escala compatível, que permita identificar todos os elementos necessários à análise das variáveis envolvidas.

CONSIDERAÇÕES QUANTO A ESCALA ADOTADA

Conforme determinado no Termo de Referência deste Plano de Manejo, a escala definida pela contratante para apresentação do Zoneamento Ambiental é 1:25.000, adequada para o planejamento, com definição das diretrizes de uso e ocupação do território.

A falta de uma base cartográfica primária na escala 1:25.000, obrigou a que se adaptasse e atualizasse a base 1:100.000 produzida pela SUDENE, através da interpretação de fotografias aéreas, em escalas variáveis, produzidas pela Aero-Foto Cruzeiro na década de sessenta e setenta, além de recobrimento fotográfico panorâmico e observações de campo. Esse método traz em si um acúmulo de erros cartográficos, perfeitamente aceitáveis para o planejamento de grandes ambientes, objetivo deste trabalho, e que serão verificados e corrigidos no exercício do manejo da APA.

Para uma melhor compreensão da realidade de campo dos projetos executivos a se implantarem no interior da APA, os proprietários de imóveis localizados em zonas que necessitem obrigatoriamente destas informações, deverão apresentar em escala de 1:2.000, Plano Diretor Informativo - P.D.I., através do qual será possível identificar os ecossistemas presentes em sua área, para que sejam avaliadas as implicações das ações pretendidas e aplicadas as normas ambientais vigentes. A regulamentação do P.D.I. será efetuada pelo Conselho Estadual de Proteção Ambiental - Cepram e melhor esclarecida no capítulo das Estratégias de Gestão e Manejo. Este documento suprirá a administradora da

APA de informações em escala de detalhe e permitirá a formação de um amplo banco de dados que dará melhor respaldo às decisões técnicas.

DESCRIÇÃO DO ZONEAMENTO

O Zoneamento Econômico-Ecológico da APA do Litoral de Itacaré e Serra Grande prevê 17 zonas, com diretrizes de planejamento específicas para cada uma delas, associadas ao projeto de desenvolvimento concebido para a Unidade de Conservação.

Adotam-se aqui, preferencialmente, a mesma conceituação de zonas utilizadas na APA do Litoral Norte do Estado da Bahia, com o objetivo de uniformizar a conceituação técnica em uso no Estado, através do enquadramento das mesmas nas categorias de preservação, conservação e uso, com base no nível de intervenção antrópica, perspectivas econômicas e estágio de vitalidade dos ecossistemas.

O uso e ocupação dos ambientes presentes na APA, ficam sujeitos às diretrizes aqui expressas, vinculadas a uma projeção e tendência de uso, **sem prejuízo da aplicação das normas ambientais específicas para cada ecossistema.**

CATEGORIA DE PRESERVAÇÃO

É assim classificada pelo elevado valor ecológico dos seus ecossistemas, estando intimamente associada à preservação da fauna silvestre e de remanescentes da flora em estágio avançado de regeneração. Engloba áreas de alta fragilidade ambiental, onde a presença humana deverá ser inibida, minimizada ou adequada ao uso preservacionista. **A manutenção das áreas de preservação é de responsabilidade do proprietário, assim como revegetação das áreas em processo de degradação.**

Estão presentes nas zonas enquadradas nesta categoria :

Manguezais;

Áreas úmidas com vegetação higrófila e hidrófila;

Margens de rios e lagoas, incluindo encostas íngremes e falésias;

Maçios expressivos e contínuos de mata atlântica, em estágio médio e avançado de regeneração;

Maçios expressivos e contínuos de vegetação de restinga;

Locais identificados como ponto de nidificação e refúgio da fauna silvestre, independente de seu nível de antropização;

Nascentes e córregos.

As zonas desta categoria são:

ZPVS - ZONA DE PRESERVAÇÃO DA VIDA SILVESTRE

Caracterização

Assim identificada pela sua importância como refúgio de animais silvestres, especialmente pela grande quantidade de remanescentes florestais em estágio médio e avançado de regeneração.

Objetivos

Promover a criação na área desta Zona, envolvendo seus maciços florestais adjacentes, o Parque Estadual da Serra Grande.

Aspectos Ambientais

São áreas que apresentam maciços contínuos e expressivos de ecossistemas florestais, que podem variar da mata atlântica em estágio médio e avançado de regeneração. São ecossistemas já modificados pelo homem, mas que apresentam possibilidade de regeneração e abrigam exemplares da fauna silvestre.

São áreas formadoras de nascentes, abrigando boa parte do rio Tijupe em sua porção inicial. Destacam-se pela formação de manchas de vegetação expressivas e contínuas, possíveis de identificação na escala de 1:25.000.

Uso atual

São áreas de difícil acesso, usados basicamente para caça e pesca, além do extrativismo vegetal. São geralmente áreas residuais de fazendas de cacau, bolsões de reserva de madeira de fazendas de propriedade de madeireiros, formações florestais remanescentes em áreas de topografia acidentada de difícil acesso.

Uso Indicado

Refúgio de vida silvestre, além da possibilidade de início do repovoamento do peixe-boi, devido à grande oferta de alimentos (vegetação hidrófila) e o seu difícil acesso, tanto pela população residente como por visitantes. Poderá abrigar atividades de educação ambiental e pesquisa científica.

Sugere-se a sua transformação em categoria de Unidade de Conservação mais restritiva que APA, podendo ser Estação Ecológica ou Reserva Biológica.

Parâmetros Ambientais

Proibição da caça, pesca e atividades extrativistas, sendo área de acesso prioritário para técnicos e pessoas envolvidas em projetos preservacionistas. O acesso ao público só será possível após a definição do manejo para a área.

Recomenda-se com urgência a consolidação do Parque Estadual da Serra Grande.

ZPP- ZONA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE

Caracterização

Assim definida pela necessidade de garantir a integridade dos ecossistemas naturais existentes, conforme previsto na atual legislação ambiental, além de promover a recomposição gradativa dos ambientes destruídos ou modificados.

Objetivos

Proporcionar a manutenção da integridade dos ecossistemas existentes, além de promover a recuperação de áreas degradadas ou em estágio de regeneração, adotando medidas de restrição ao uso e ocupação.

Aspectos Ambientais

Ambientes vulneráveis à presença do antropismo, sendo necessário a manutenção da vitalidade dos mesmos. São áreas com ecossistemas de manguezais, mata ciliar, nascentes de córregos, encostas íngremes, margens de rios e lagoas, cachoeiras e cascatas, além de áreas permanentemente inundadas.

Uso Atual

Estes ecossistemas encontram-se sob diversos usos que incluem especialmente a agricultura de subsistência, o cultivo de cacau, além da pecuária.

Uso Indicado

Pesca controlada, sob orientação da administração da APA;

Atividades de visitação contemplativa e pesquisa científica.

Parâmetros Ambientais

Não poderá haver qualquer modificação no ambiente natural, mantendo-se a integridade dos ecossistemas, além da recuperação das áreas degradadas ou em processo de degradação;

Deverão ser implementados programas de fiscalização sistemática pelo poder público;

A partir de estudos subsequentes, deverá haver a demarcação em campo das zonas;

Manutenção pelo proprietário das áreas protegidas pela legislação, bem como à recuperação das áreas degradadas e/ou em processo de degradação.

ZPR - ZONA DE PROTEÇÃO RIGOROSA

Caracterização

Assim definida pela necessidade de proteção dos ecossistemas florestais, que correspondem aos remanescentes de mata atlântica em estágio médio e avançado de regeneração.

Objetivos

Redução da atividade antrópica e manutenção integral da cobertura florestal, buscando-se alternativas viáveis para a exploração econômica da floresta.

Aspectos Ambientais

Nesta zona concentram-se maciços contínuos e expressivos de ecossistemas florestais, que podem variar da mata atlântica em estágio médio e avançado de regeneração, até a vegetação de restinga arbustiva e arbórea. São ecossistemas já modificados pelo homem, mas que apresentam possibilidade de regeneração e abrigam exemplares da fauna silvestre.

Destacam-se pela formação de manchas de vegetação expressivas e contínuas, possíveis de identificação na escala de 1:25.000.

São geralmente áreas residuais de fazendas de cacau, bolsões de reserva de madeira de fazendas de propriedade de madeireiros, formações florestais remanescentes em áreas de topografia acidentada de difícil acesso ou vegetação arbustiva e arbórea sobre solos de baixíssima fertilidade natural, em algumas situações inundáveis ou extremamente pedregosos e ácidos.

Uso Atual

Normalmente são bolsões de reserva de madeira das fazendas de cacau utilizados para retirada de material de construção, cercas ou simplesmente lenha. Identificou-se áreas de reserva de madeira destinadas ao corte para serrarias ou venda em toras. Verifica-se o extrativismo vegetal e a caça predatória.

Uso indicado

Exploração econômica da mata, com base em Plano de Manejo Florestal devidamente aprovado pelo órgão competente;

Inserção em projetos produtivos dos sistemas agroflorestais;

Apicultura;

Turismo ecológico com trilhas e infra estrutura de apoio.

Parâmetros Ambientais

Proibição completa da eliminação das formações florestais remanescentes;

Identificação dos remanescente florestais pelos proprietários rurais através da elaboração do P.D.I. (Plano Diretor Informativo), podendo essas áreas serem transformadas em Reserva Particular do Patrimônio Natural, R.P.P.N.;

Manutenção pelo proprietário das áreas protegidas pela legislação, bem como a recuperação das áreas degradadas e/ou em processo de degradação.

Assistência técnica por parte dos organismos competentes, para projetos de manejo dos remanescentes florestais.

CATEGORIA DE CONSERVAÇÃO

São enquadradas nesta categoria áreas onde as atividades humanas devem se desenvolver com muito controle, devido à sua alta fragilidade ecológica ou presença de ecossistemas protegidos pela legislação ambiental. **A manutenção das áreas de preservação permanente é de responsabilidade do proprietário, assim como revegetação das áreas em processo de degradação.**

Esta categoria envolve áreas contendo :

Fazendas de cacau com predominância dos sistemas agroflorestais conhecido como "cabruca";

Remanescentes de formações florestais remanescentes descontínuas e esparsas;

Nascentes e córregos;

Ecossistemas estuarinos;

Áreas úmidas;

Vegetação de restinga arbustiva e herbácea associada com coqueiral;

Praias.

Encostas e Falésias

As zonas presentes nesta categoria são:

ZAF - ZONA AGRO-FLORESTAL

Caracterização

São assim definidas por apresentarem um ecossistema típico de mata atlântica, consorciada com o cultivo do cacau, em um sistema agroflorestal conhecido como "cabruca".

Objetivos

Zona de importância agrícola e florestal, onde objetiva-se a redução da atividade antrópica, buscando o manejo sustentado dos ecossistemas existentes, através da manutenção integral da cobertura florestal.

Aspectos Ambientais

São áreas cultivadas com cacau no sistema de "cabruca", com ecossistemas típicos da floresta atlântica, confundido-se muitas vezes com a própria mata. Abrigam espécies da fauna silvestre, sombreando nascentes e pequenos riachos. Estão geralmente sobre solos argilosos e férteis, com topografia normalmente ondulada e semi ondulada.

Uso Atual

Agricultura do cacau, com uso de insumos químicos e agrotóxicos. São freqüentados com certa regularidade por trabalhadores rurais, especialmente nas épocas de colheita e tratos culturais no manejo agrícola do cacau. As árvores da floresta são cortadas ocasionalmente, tanto com objetivos de ampliar a entrada de luz no interior das "roças", como para consumo doméstico.

Uso indicado

Implantação de cultivos econômicos típicos dos sistemas agroflorestais;

Apoio aos atuais cultivos de cacau através do incremento de alternativas tecnológicas, especialmente no combate a "vassoura de bruxa".

Implementação de cultivos agrícolas convencionais, apenas para espécies vegetais perenes e formadora de estrato arbustivo e arbóreo, priorizando-se frutíferas.

Parâmetros Ambientais

Proibição completa da eliminação das formações florestais remanescentes;

Apoio técnico dos organismos competentes para implantação dos sistemas agroflorestais, evitando a substituição dos atuais agro-ecossistemas por cultivos convencionais e formação de pastagens.

Identificação dos remanescente florestais pelos proprietários rurais, através da elaboração do P.D.I. (Plano Diretor Informativo), podendo essas áreas serem transformadas em Reserva Particular do Patrimônio Natural, R.P.P.N.

Manutenção pelo proprietário das áreas protegidas pela legislação, bem como a recuperação das áreas degradadas e/ou em processo de degradação.

Parcelamento do solo só através de lotes rurais, conforme módulo rural do INCRA

ZOM - ZONA DE ORLA MARÍTIMA

Caracterização

Corresponde à faixa de proteção de 60 metros, estabelecida pela Constituição do Estado da Bahia, artigo 214, inciso IX, contados a partir da linha de preamar máxima.

Objetivos

Garantir a existência de uma faixa "*non aedificandi*" na orla marítima da APA, proporcionando proteção aos ecossistemas naturais e integridade da paisagem.

Aspectos Ambientais

Esta zona inclui os terrenos de marinha, normalmente em planícies costeiras, além de encostas de morros e falésias. Nestes ambientes desembocam ocasionalmente cursos d'água, formando pequenas bacias estuarinas. Estão presentes neste ambiente vegetação de restinga, arbustiva e herbácea, intercalada, muitas vezes, por cultivos de coco sem maiores cuidados técnicos, além de ecossistemas de manguezal.

Uso Atual

Cultivo de coco e pecuária extensiva nas fazendas ao longo da costa. Entre a Barra do Sargi e Pé de Serra a maioria das áreas já encontram-se ocupadas por loteamentos implantados ou em fase de implantação, com muitas residências de veranistas, além de barracas de praia. Nas praias da cidade de Itacaré, verifica-se uma ocupação desordenada e extremamente adensada das barracas de praia.

Uso Indicado

Equipamentos de segurança e apoio à pesca, ao recreio e ao turismo, devidamente aprovados pela entidade administradora da APA;

Conservação e renovação dos coqueirais;

Recuperação de áreas degradadas, especialmente utilizando vegetação nativa;

Remanejamento e definição de critérios para a construção de barracas de prais.

Parâmetros Ambientais

Proibição de tráfego de veículos na praia;

Proibição de edificações permanentes, arruamentos, cercas e muros. Qualquer situação excepcional deverá possuir aprovação especial da administradora da APA;

Iluminação pública conforme Portaria Ibama nº 1933, de 28/09/90, visando preservar as áreas de desova de tartarugas marinhas;

Para execução de projetos, detalhar sempre em escala de 1:2.000, destacando-se os elementos do meio natural, sujeitos às restrições da legislação ambiental específica;

Manutenção pelo proprietário das áreas protegidas pela legislação, bem como a recuperação das áreas degradadas e/ou em processo de degradação;

Obrigatoriedade dos proprietários, de revegetação das áreas livres e comuns do lote ou gleba.

Estabelecer um padrão normativo para construção de barracas de praia, a exemplo do existente para o Município de Porto Seguro, o qual define um manual para construção, incluindo: **zoneamento, localização, definição, percentagem de utilização, área a ser ocupada, formas, quantidade, estacionamento, preservação e conservação ambiental, aspecto sanitário, limpeza, além de normas complementares.**

ZPV - ZONA DE PROTEÇÃO VISUAL

Caracterização

Assim definida pela necessidade de proteger ambientes exponencialmente belos, estando inseridos em áreas antropizadas ou não, podendo corresponder a

ecossistemas florestais em escarpas íngremes, topos de morros e falésias rochosas.

Objetivos

Garantir a integridade da paisagem em locais exponencialmente belos.

Aspectos Ambientais

Nesta zona podem ocorrer maciços esparsos porém expressivos de ecossistemas florestais, que podem variar da mata atlântica em estágio médio e avançado de regeneração, até a vegetação de restinga herbácea, arbustiva e arbórea, além de áreas já cultivadas com coqueiros e frutíferas. São ecossistemas já modificados pelo homem, mas que apresentam possibilidade de regeneração e abrigam exemplares da fauna silvestre.

Destacam-se pela sua singular inserção na paisagem montanhosa, ocorrendo estes ambientes entre Pé de Serra e a cidade de Itacaré. São locais já utilizados como ponto de visitação para o turismo contemplativo.

São áreas normalmente formadas por bolsões residuais das fazendas, principalmente pela hostilidade do ambiente natural diante dos cultivos econômicos e pela baixa fertilidade dos solos.

Uso Atual

Áreas residuais de fazendas, penhascos escarpados sem utilização econômica, bordas da estrada Ilhéus-Itacaré, utilizados em alguns casos, como ponto de visitação para o turismo contemplativo.

Uso indicado

Preservação dos remanescentes de mata atlântica e da fauna silvestre, estabelecendo-se a responsabilidade legal dos adquirentes que incorporem áreas dentro da ZPV;

A implantação de equipamentos de apoio ao turístico de visitação e contemplativo;

Manutenção das faixas de preservação permanente de 30,00 m ao longo dos rios e córregos, permanentes ou intermitentes, mesmo estando as áreas já inteiramente antropizadas;

Apoio para empreendimentos hoteleiros de baixa densidade que possuam áreas limítrofes com a ZPV, tais como mirantes, trilhas e quiosques.

Parâmetros Ambientais

Proibição completa à eliminação das formações florestais remanescentes;

Identificação dos remanescente florestais pelos proprietários rurais, através da elaboração do P.D.I. (Plano Diretor Informativo), podendo essas áreas serem transformadas em Reserva Particular do Patrimônio Natural, R.P.P.N.

Assistência técnica por parte dos organismos competentes, para projetos de manejo dos remanescentes florestais;

Proibição da realização de obras e empreendimentos que impliquem em modificações no relevo;

Elaboração de Plano de Recuperação de Áreas Degradadas - P.R.A.D.E., para ambientes com deformações no relevo original, a exemplo das encostas erodidas na ladeira entre Pé de Serra e Serra Grande;

Manutenção pelo proprietário das áreas protegidas pela legislação, bem como a recuperação das áreas degradadas e/ou em processo de degradação;

Obrigatoriedade dos proprietários, de revegetação das áreas livres e comuns do lote ou gleba.

CATEGORIA DE USO

É assim definida por conjugar uma série de fatores convergentes relacionados com a ocupação humana. São áreas com a presença de ambientes ainda preservados e em diversos estágios de antropização. A sua definição para Uso é pautada nos estudos do meio natural e nas vocações e tendências econômicas identificadas no Diagnóstico Ambiental deste Plano de Manejo. **A manutenção das áreas de preservação permanente é de responsabilidade do proprietário, assim como revegetação das áreas em processo de degradação.**

Estão presentes nas zonas desta categoria:

Fazendas de cacau com predominância dos sistemas agroflorestais conhecido como "cabruca";

Remanescente de formações florestais remanescentes descontínuas e esparsas;

Nascentes e córregos;

Áreas úmidas;

Vegetação de restinga arbustiva e herbácea, associada com coqueiral;

Áreas cultivadas com frutíferas diversas;

Áreas rurais antropizadas;

Pastagens;

Vegetação de quintais (cultivos diversificados de frutíferas, plantas medicinais, espécies silvestres de uso econômico, etc);

Núcleos urbanos.

ZT I - ZONA TURÍSTICA - I

Caracterização

São áreas dotadas de beleza cênica e ambientes naturais já submetidos ao processo de antropização, possuindo proximidade com o mar, sendo ocupadas por fazendas de côco e cacau sem possuírem na agricultura os seus objetivos principais, estando praticamente todas as áreas, na expectativa da implantação de projetos turísticos.

Objetivos

Proporcionar a existência de empreendimentos turísticos de baixa densidade, adaptados ao ambiente natural, ocupando áreas já antropizadas, devidamente identificadas através de estudos em escala apropriada.

Aspectos Ambientais

Ambientes relativamente antropizados, verificando-se a presença de áreas cultivadas com pastagens extensivas, cultivo de côco, presença de bolsões esparsos de mata atlântica, vegetação de restinga herbácea, arbustiva e arbórea, áreas úmidas e embrejadas, além de remanescentes esparsos de vegetação de floresta em estágio secundário. No interior da zona, existem alguns pequenos estuários, formados pelos rios Jeribucassú, Burundanga e Candeeiro, além de ser cortada em sua porção oeste e central pelos rios Tijupe Grande, Tijupe Pequeno e Itacarezinho. O relevo varia de plano, suavemente ondulado e escarpado, especialmente mais próximo de Itacaré. Os solos variam de argilo-arenosos a franco-arenosos, além de afloramentos rochosos.

Uso Atual

Fazendas de côco e cacau com uso agropastoril, normalmente com infraestrutura de apoio, a exemplo de casa sede, casa de trabalhador, galpões, armazéns e barcaças/secadores de cacau e sistema viário de acesso ao interior

das mesmas. Na porção litorânea da zona, próximo à cidade de Itacaré, verificam-se imóveis bem estruturados, normalmente pertencentes a proprietários estrangeiros e residentes fora do Estado.

Uso Indicado

Empreendimentos Turísticos de baixa densidade;

Infra-estrutura de apoio para empreendimentos hoteleiros localizados na **ZT II**

Estruturas de apoio a atividades esportivas;

Trilhas Ecológicas;

Atividades Educativas e Culturais;

Camping;

Campo de pouso, subordinado à realização de estudo prévio específico;

Uso agropastoril, priorizando-se espécies arbóreas perenes e semiconfinamento na atividade pastoril.

Parâmetros Ambientais

Apresentação do P.D.I. com informações do imóvel onde se dará a execução do projeto, em escala de 1:2.000, destacando-se os elementos do meio natural, sujeitos às restrições da legislação ambiental específica;

Parcelamento de unidade territorial mínimo de 30 ha por Resort, calculado sobre a área da propriedade parcelada;

Densidade máxima de ocupação de 20 leitos/ha de área antropizada;

Gabarito máximo de dois pavimentos ou 7,5 m. com telhado de inclinação mínima de 30%;

Solução para saneamento básico, sistema viário e energia elétrica;

Apresentação de projeto de arborização, priorizando as espécies nativas;

Manutenção pelo proprietário das áreas protegidas pela legislação, bem como a recuperação das áreas degradadas e/ou em processo de degradação;

Obrigatoriedade dos proprietários, de revegetação das áreas livres e comuns do lote ou gleba.

ZT II - ZONA TURÍSTICA - II**Caracterização**

São áreas dotadas de beleza cênica e ambientes naturais bem preservados, possuindo proximidade com o mar e existência de praias primitivas em estágio de baixíssima antropização, sendo ocupadas por fazendas de côco e cacau, sem possuírem na agricultura os seus objetivos principais, estando praticamente todas as áreas na expectativa da implantação de projetos turísticos.

Objetivos

Proporcionar a existência de empreendimentos turísticos de baixíssima densidade, adaptados ao ambiente natural, ocupando áreas já antopizadas, (2) devidamente identificadas através de estudos em escala apropriada.

Aspectos Ambientais

Ambientes parcialmente antropizados, verificando-se a presença de áreas cultivadas com pastagens extensivas, cultivo de côco, presença de bolsões esparsos de mata atlântica, vegetação de restinga herbácea, arbustiva e arbórea, áreas úmidas e embrejadas, além de remanescentes esparsos de vegetação de floresta em estágio secundário. No interior da zona existem alguns pequenos estuários formados pelos rios Tijupe e Itacarezinho. O relevo varia de plano a suavemente ondulado, notando-se algumas poucas áreas com declividade mais acentuada. Os solos variam de argilo-arenosos, areno-argilosos a franco-arenosos.

Uso Atual

Fazendas de côco e cacau com uso agropastoril, normalmente com infraestrutura de apoio, a exemplo de casa sede, casa de trabalhador, galpões, armazéns e barcaças/secadores de cacau e sistema viário de acesso ao interior das mesmas. Nas margens do estuário do rio Itacarezinho, existe uma pequena comunidade com cerca de 10 casas, composta por famílias que vivem da agricultura de subsistência e da pesca artesanal.

Uso Indicado

Empreendimentos turísticos de baixíssima densidade;

Apoio ao funcionamento de empreendimentos hoteleiros, localizados na ZT I;

Estruturas de apoio a esportes náuticos;

Trilhas Ecológicas;

Atividades Educativas e Culturais;

Camping;

Parâmetros Ambientais

Apresentação do P.D.I. com informações do imóvel onde se dará a execução do projeto em escala de 1:2.000, destacando-se os elementos do meio natural, sujeitos às restrições da legislação ambiental específica;

Parcelamento de unidade territorial mínimo de 40 ha por Resort, caculado sobre a área antropizada da propriedade;

Densidade máxima de ocupação de 20 leitos/ha de área antrpizada;

Gabarito máximo de dois pavimentos ou 7,5 m. com telhado de inclinação mínima de 30%;

Solução para saneamento básico, sistema viário e energia elétrica;

Apresentação de projeto de arborização, priorizando as espécies nativas;

Manutenção pelo proprietário das áreas protegidas pela legislação, bem como a recuperação das áreas degradadas e/ou em processo de degradação;

Obrigatoriedade dos proprietários, de revegetação das áreas livres e comuns do lote ou gleba.

ZTE - ZONA TURÍSTICA ESPECIAL

Caracterização

Caracteriza-se pela sua especial inserção na paisagem dominante da orla da cidade de Itacaré, sendo formada pelo encontro de falésias rochosas em forma de concha ou pequenas enseadas.

Objetivos

Garantir a integridade da paisagem dominante da cidade de Itacaré, possibilitando a existência de empreendimentos turísticos de baixa densidade, adaptados ao ambiente natural, ocupando áreas já antopizadas, devidamente identificadas através de estudos em escala apropriada especialmente estudos de imagem.

Aspectos Ambientais

Ambientes relativamente antropizados, verificando-se a presença de áreas cultivadas com o cultivo de côco, com a presença de vegetação de restinga herbácea. São áreas de relevo ondulado a suavemente ondulado, além de trechos escarpados.

Uso Atual

Fazenda de côco sem atividade econômica atual. Área de ampla visitação pública por banhistas da cidade de Itacaré.

Aspectos Ambientais

Uso Indicado

Empreendimentos Turísticos Urbanos de baixa densidade;

Estruturas de apoio ao lazer e esportes náuticos;

Parâmetros Ambientais

Apresentação do P.D.I. com informações do imóvel onde se dará a execução do projeto, em escala de 1:2.000, destacando-se os elementos do meio natural, sujeitos às restrições da legislação ambiental específica;

Taxa de ocupação de máxima de 10% , salvo situações especiais relacionadas com as limitações do meio físico, conforme apreciação da Administradora, podendo atingir nesses casos a 15% de taxa de ocupação máxima, além de índice de permeabilidade de 70%;

Estudo imagem (volumetria construtiva, imagem urbana e imagem paisagística);

Gabarito máximo de dois pavimentos ou 7,5 m. com telhado de inclinação mínima de 30%;

Solução para saneamento básico, sistema viário e energia elétrica;

Apresentação de projeto de arborização, priorizando as espécies nativas;

Manutenção pelo proprietário das áreas protegidas pela legislação, bem como a recuperação das áreas degradadas e/ou em processo de degradação;

Obrigatoriedade dos proprietários, de revegetação das áreas livres e comuns do lote ou gleba.

ZUD - ZONA DE USO DIVERSIFICADO

Caracterização

São áreas interiores da Unidade de Conservação, localizadas no vetor de crescimento urbano da cidade de Itacaré e povoado de Serra Grande, apresentando uma variação muito grande de ecossistemas naturais e ambientes modificados pelo antropismo, apresentando possibilidades de múltiplos usos.

Objetivos

Possibilitar o surgimento de atividades controladas de apoio aos núcleos urbanos, especialmente comércio e serviços diversos.

Aspectos Ambientais

Ambientes já bastante modificados, verificando-se a presença de áreas com pastagens e cultivos diversos como mandioca, milho, feijão, frutíferas, etc. Verifica-se a presença de remanescentes esparsos de vegetação secundária, principalmente em estágios médio e inicial de regeneração, além de diversos cursos d'água. O relevo predominante é o ondulado a suavemente ondulado, notando-se algumas poucas áreas de declividade mais acentuada. Os solos variam de argilosos, argilo-arenosos a franco-arenosos, além de solos orgânicos com presença de hidromorfia.

Uso atual

Áreas agrícolas atuais e residuais, normalmente desmatadas para retirada de madeira, produção de carvão e cultivos temporários, posteriormente abandonadas, além de pasto sujo sem manejo atual.

Uso Indicado

Conservação da cobertura florestal;

Uso Agropastoril, priorizando-se cultivos agrícolas com utilização de espécies arbóreas perenes e semiconfinamento na atividade pastoril;

Comércio e serviços diversos;

Atividades de infra-estrutura e apoio ao desenvolvimento dos projetos turísticos existente para a APA

Parâmetros Ambientais

Proibição completa da eliminação das formações florestais remanescentes;

Os empreendimentos ou atividades só poderão ser implantados em áreas já desmatadas;

Manutenção das faixas de preservação permanente de 30,00 m ao longo dos rios e córregos, permanentes ou intermitentes, mesmo estando as áreas já inteiramente antropizadas

Identificação dos remanescente florestais pelos proprietários rurais, através da elaboração do P.D.I. (Plano Diretor Informativo), caso venha a ser exigido pela administradora da APA, podendo essas áreas serem transformadas em Reserva Particular do Patrimônio Natural, R.P.P.N.;

Manutenção pelo proprietário das áreas protegidas pela legislação, bem como a recuperação das áreas degradadas e/ou em processo de degradação;

Obrigatoriedade dos proprietários, de revegetação das áreas livres e comuns do lote ou gleba.

ZAG - ZONA DE AGRICULTURA

Caracterização

São áreas interiores da Unidade de Conservação, apresentando uma variação muito grande de ecossistemas naturais e ambientes modificados pelo antropismo, especialmente cultivos de subsistência, tais como mandioca, feijão e frutíferas.

Objetivos

Identificar e estabelecer áreas com capacidade para o manejo agrícola, notadamente espécies adaptadas ao ambiente tropical e de relevo acidentado, através de métodos alternativos de cultivo, sem o uso intenso de agrotóxicos e fertilizantes.

Aspectos Ambientais

Ambientes já bastante modificados, verificando-se a presença de áreas com pastagens e cultivos diversos como mandioca, milho, feijão, frutíferas, etc. Verifica-se a presença de remanescentes esparsos de vegetação secundária, principalmente em estágios médio e inicial de regeneração, além de cursos d'água. O relevo varia de tabuleiros planos a áreas onduladas a suavemente onduladas, notando-se algumas poucas áreas de declividade mais acentuada. Os solos variam de argilo-arenosos a franco-arenosos, além de solos orgânicos com presença de hidromorfia.

Uso atual

Áreas agrícolas atuais e residuais, normalmente desmatadas para retirada de madeira, produção de carvão e cultivos temporários, posteriormente abandonadas, além de pastos sujos sem manejo atual. Verifica-se também a

presença de algumas áreas de pastagens bem cuidadas, com pastoreio extensivo.

Uso Indicado

Conservação da cobertura florestal;

Implantação de cultivos agrícolas de subsistência, através de técnicas apropriadas aos ambientes tropicais;

Implantação de cultivos econômicos típicos dos sistemas agroflorestais;

Atividades de beneficiamento agrícola;

Apicultura;

Piscicultura;

Silvicultura;

Uso Agropastoril, priorizando-se espécies arbóreas perenes e semiconfinamento na atividade pastoril.

Parâmetros Ambientais

Proibição completa da eliminação das formações florestais remanescentes.

Apresentação de projeto para aprovação, em escala de 1:2.000, conforme Termo de Referência fornecido pela entidade administradora da APA, destacando-se os elementos do meio natural, sujeitos às restrições da legislação ambiental específica;

Parcelamento do solo só através de lotes rurais, conforme módulo rural do INCRA

Manutenção pelo proprietário das áreas protegidas pela legislação, bem como a recuperação das áreas degradadas e/ou em processo de degradação.

ZOC - ZONA DE OCUPAÇÃO CONTROLADA

Características

São áreas localizadas no entorno da cidade de Itacaré, dotadas de beleza cênica e ambientes naturais bem preservados.

Objetivos

Proporcionar a consolidação de projetos de parcelamento e equipamentos hoteleiros em locais da Zona que já possuam áreas comprovadamente antropizadas, mantendo a integridade dos remanescentes de ecossistemas florestais ainda existentes.

Aspectos Ambientais

São áreas com ecossistemas florestais em estágio inicial, médio e avanço de regeneração. Abrigam espécies da fauna silvestre, sombreando nascentes e pequenos riachos. Estão presentes sobre solos variáveis, predominando solos férteis com topografia normalmente plana, ondulada e semi ondulada.

Uso Atual

Áreas residuais de fazendas, reservas de madeira para cercas, lenha e utilização doméstica. Ambientes parcialmente antropizados.

Uso Indicado

Equipamento Hoteleiro de baixa densidade;

Equipamentos de apoio ao turismo e lazer;

Turismo ecológico com trilhas e infra estrutura de apoio.

Projetos de parcelamento que possuam responsabilidade jurídica e fundiária, devidamente registrado em Cartório de Registro de Imóveis;

Implantação de cultivos econômicos típicos dos sistemas agroflorestais e agrosilvicultura;

Implementação de cultivos agrícolas convencionais, apenas para espécies vegetais perenes e formadora de estrato arbustivo e arbóreo, priorizando-se frutíferas.

Parâmetros Ambientais

Proibição completa da eliminação das formações florestais remanescentes;

Proibição completa de alteração nos ecossistemas remanescentes;

Estímulo à transformação das áreas com ambientes preservados em Reserva Particular do Patrimônio Natural, R.P.P.N.;

Assistência técnica por parte dos organismos competentes, para projetos de manejo produtivo dos ambientes já antropizados;

Promoção da recuperação das áreas degradadas ou em processo de degradação, com incentivo à revegetação com espécies nativas e adaptada a estes ecossistemas;

As vias de acesso ao interior desta Zona deverão ter autorização especial da administradora da APA, precedido de estudos ambientais que indiquem a possibilidade da via.

Preservação dos ecossistemas naturais, especialmente os ecossistemas florestais e as áreas de refúgio da fauna silvestre, estabelecendo-se a responsabilidade legal dos adquirentes que incorporem áreas dentro da ZOC;

Manutenção das faixas de preservação permanente de 30,00 m ao longo dos rios e córregos, permanentes ou intermitentes, mesmo estando as áreas já inteiramente antropizadas;

Obrigatoriedade da apresentação de projetos de paisagismo e revegetação, em atividades que impliquem em intervenções no meio natural.

Apresentação do P.D.I. com informações do imóvel onde se dará a execução do projeto, em escala de 1:2.000, destacando-se os elementos do meio natural, sujeitos às restrições da legislação ambiental específica;

Os empreendimentos ou atividades só poderão ser implantados em áreas já desmatadas;

Lote mínimo de 5.000 m²;

Índice de permeabilidade mínimo de 90%;

Solução para saneamento básico intrínseco ao empreendimento proposto, com realização de auto-monitoramento;

Gabarito máximo de dois pavimentos ou 7,5 m. com telhado de inclinação mínima de 30%;

Proibição da realização de obras e empreendimentos que impliquem em modificações no relevo;

Obrigatoriedade dos proprietários, de revegetação das áreas livres e comuns do lote ou gleba.

ZVT - ZONA DE VILA TURÍSTICA

Caracterização

Áreas previamente localizadas ao longo do litoral entre a cidade de Itacaré e Serra Grande, com ambientes ainda preservados sobre a planície costeira, bem próximos ao mar e com a presença de vegetação de restinga e cultivo de coqueiros.

Objetivos

Pretende-se proporcionar para esta zona, projetos turísticos de média densidade e apoio para comércio e serviços voltados para as zonas turísticas, sempre adaptados ao ambiente natural, ocupando áreas já antopizadas, devidamente identificadas através de estudos em escala apropriada.

Aspectos Ambientais

Nesta zona predomina o ambiente típico da planície costeira, com solos arenosos e proximidade do lençol freático, verificando-se remanescentes da vegetação de restinga herbácea e arbustiva além de áreas limítrofes possuindo domínio vegetal da Mata Atlântica.

Uso Atual

Áreas residuais de fazendas sem utilização econômica, além de cultivos regulares e esparsos de coqueiros.

Uso Indicado

Empreendimentos turísticos de média densidade;

Equipamentos de apoio a projetos turísticos;

Comércio e serviços de apoio.

Parâmetros Ambientais

Elaboração por parte da Administradora da APA de Plano de Referência Urbanístico Ambiental - PRUA;

Densidade de ocupação de 180 leitos/ha;

Gabarito máximo de dois pavimentos ou 7,5 m. com telhado de inclinação mínima de 30%;

Índice de permeabilidade mínimo de 60% da área comprovadamente antropizada, além de taxa de ocupação de 30%;

Lote mínimo de 700 m²;

Lote para comércio e serviço de 500 m²;

Solução para saneamento básico, sistema viário e energia elétrica;

Promoção da recuperação das áreas degradadas ou em processo de degradação, com incentivo à revegetação das áreas, especialmente com espécies nativas e adaptada a estes ecossistemas;

A partir de estudos subsequentes, deverá haver a demarcação em campo das zonas;

Manutenção pelo proprietário das áreas protegidas pela legislação, bem como a recuperação das áreas degradadas e/ou em processo de degradação;

Obrigatoriedade dos proprietários, de revegetação das áreas livres e comuns do lote ou gleba.

* ZOR - ZONA DE OCUPAÇÃO RAREFEITA

Caracterização

Compreende duas porções distintas da APA, considerando os vetores de crescimento do litoral norte de Ilhéus sobre a Barra do Sargí e Pé de Serra, além das áreas interiores e próximas à cidade de Itacaré.

Objetivos

Estabelecer possibilidades de expansão urbana para projetos de parcelamento de baixa densidade nas imediações da cidade de Itacaré e Serra Grande.

Aspectos Ambientais

Considerando a primeira área, localizada na porção sul da APA, corresponde ao trecho entre a Barra do Sargí e Pé de Serra, sendo áreas completamente planas, formada pela planície marinha, com solos arenosos e afloramento do lençol freático em alguns trechos específicos, possuindo vegetação de restinga arbórea, arbustiva e herbácea em diversos estágios de conservação e antropização, além de cultivos abandonados de coqueiros e pastagens extensivas.

A segunda porção da zona, situa-se no entorno da cidade de Itacaré, com relevo ondulado a suavemente ondulado e notando-se algumas poucas áreas de

declividade mais acentuada. Os solos variam de argilosos, argilo-arenosos e arenosos. Nesta área limítrofe à área urbana de Itacaré, percebe-se áreas agrícolas atuais e residuais, normalmente desmatadas para retirada de madeira, produção de carvão e cultivos temporários, posteriormente abandonadas, além de pasto sujo sem manejo atual. Verifica-se também a presença de algumas áreas de pastagens bem cuidadas, com pastoreio extensivo.

Uso Atual

Esta zona caracteriza-se pela predominância de ambientes que já sofreram ação do antropismo, especialmente pela grande quantidade de loteamentos implantados ou em fase de implantação, notando-se um forte adensamento na porção Sul da APA.

No entorno da cidade de Itacaré, percebe-se uma tendência de direcionamento do fluxo dos novos projetos de parcelamento no sentido das praias.

Uso Indicado

Uso residencial unifamiliar, plurifamiliar, comércio, turismo e serviço de alimentação.

Parâmetros Ambientais

Cadastramento de todos os loteamentos existentes e regularização junto à Administradora da APA, sob a coordenação local das prefeituras de Itacaré e Uruçuca, no sentido de condicionar estes empreendimentos a adequar-se às diretrizes do zoneamento e às normas ambientais e urbanísticas vigentes;

Para os novos loteamentos, apresentação de projeto executivo em escala de 1:2.000, contendo definição para áreas de uso residencial, comercial, turismo e lazer, destacando-se os elementos do meio natural, sujeitos às restrições da legislação ambiental específica, além das soluções para saneamento básico do empreendimento (água, esgoto, lixo), sistema viário e eletrificação;

Apresentação do P.D.I. (Plano Diretor Informativo) com informações do imóvel e onde se dará a execução do projeto, em escala de 1:2.000, destacando-se os elementos do meio natural, sujeitos às restrições da legislação ambiental específica;

Lote mínimo de 1.000 m²;